

Racismo ambiental e o déficit de implementação de políticas públicas: uma leitura midiática acerca das políticas públicas de saneamento básico no bairro da Levada em Maceió

127

Environmental racism and the deficit in the implementation of public policies : a media analysis of basic sanitation policies in the Levada neighborhood, Maceió

Iris Taynara da Silva Araujo

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
iris.araujo@ics.ufal.br

Carolina Maia Lins

Universidade Federal de Alagoas, Brasil
carolinamaia.lins@ufpe.br

RESUMO

A ausência de políticas públicas de saneamento básico no Brasil afeta negativamente a qualidade de vida dos indivíduos, principalmente em função de fatores relacionados à raça e renda. O objetivo deste artigo é analisar como o bairro da Levada, em Maceió, está imerso nessa realidade, investigando a relação entre déficit de saneamento, desigualdade econômica e raça. A pesquisa, de abordagem qualitativa, é operacionalizada a partir da análise de conteúdo do documentário Saneamento Trágico (2018) e de matérias jornalísticas, empregando o conceito de racismo ambiental. Os resultados obtidos sustentam a hipótese de que a falta de saneamento é uma manifestação direta do racismo ambiental, que afeta, de forma desproporcional, a população negra e periférica da região. A pesquisa conclui que a exclusão a esse serviço essencial está diretamente vinculado ao processo de marginalização dos moradores, com impactos profundos tanto à dimensão social quanto à ambiental.

Palavras-chave: Saneamento Básico; Racismo ambiental; Levada.

ABSTRACT

The lack of basic sanitation public policies in Brazil negatively affects the quality of life of individuals, mainly due to racial and income factors. This article aims to analyze how the Levada neighborhood, in Maceió, is immersed in this reality by investigating the relationship between the sanitation deficit, economic inequality, and race. The research uses a qualitative approach, operationalized through content analysis of the documentary 'Saneamento Trágico' (2018) and journalistic articles, employing the concept of environmental racism. The results obtained support the hypothesis that the lack of sanitation is a direct manifestation of environmental racism, which disproportionately affects the region's Black and peripheral population. The study concludes that the exclusion from this essential service is directly linked to the process of marginalization of residents, with profound impacts on both the social and environmental dimensions.

Keywords: Basic Sanitation; Environmental Racism; Levada.

1 INTRODUÇÃO

Um dos problemas sociais mais urgentes no Brasil é o déficit de saneamento básico. Segundo a Câmara dos Deputados, em 2008 o Brasil encontrava-se em 9ª posição entre os países com pior índice de saneamento básico no mundo. De acordo com matéria publicada pela Agência Senado, nos últimos anos, mesmo havendo uma melhoria nos dados referentes ao índice de saneamento básico, a situação ainda apresenta graves deficiências estruturais, e isso impacta negativamente principalmente as populações em vulnerabilidade social, desencadeando problemas tanto sociais quanto ambientais. A matéria acrescenta, ainda, que a miséria e o racismo são fatores interligados a essa problemática.

A realidade em escala nacional de precariedade no saneamento básico se manifesta de forma intensa em Maceió. Os dados publicados pelo Instituto Trata Brasil, ao lado da GO Associados (2023), revelam que Maceió ocupava a 8ª posição entre as cidades brasileiras com pior saneamento básico. Nesse contexto, destaca-se o bairro da Levada, onde a falta de saneamento básico é um problema severo que se configura como crime ambiental.

No caso de Maceió, especificamente no bairro da Levada onde o esgoto é jogado nas vias públicas, despejo de esgoto sem tratamento é lançado na lagoa Mundaú, as enchentes no bairro, apresentam um déficit nas políticas de saneamento básico. Esse cenário contrapõe diretamente o que foi estabelecido pela lei nº 11.445 de 2007, Art. 2º VI:

Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras de interesse social relevante, destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (*Lei nº 11.445, 2007*).

O que está sendo executado nesse bairro, no entanto, contraria as diretrizes estabelecidas pela lei, representando uma privação dos direitos sociais dos indivíduos que ali residem. Nesse sentido, a pesquisa busca responder como o racismo ambiental implica nas dimensões social e ambiental no bairro da Levada.

O objetivo geral deste estudo é analisar a manifestação do racismo ambiental no bairro da Levada, em Maceió, a partir da análise do documentário Saneamento Trágico (2018), com o intuito de compreender de que forma os aspectos de renda e raça se relacionam com o déficit de saneamento básico

Já os objetivos específicos são: Investigar a relação entre a falta de saneamento básico e o racismo ambiental no Bairro da Levada apresentado no documento, com foco na

população negra e periférica; o-identificar as consequências sociais e ambientais do déficit de saneamento, especialmente a poluição da Lagoa do Mundaú e analisar as violações dos direitos dos moradores devido à omissão das políticas públicas de saneamento básico.

A justificativa para este estudo, baseia-se na importância e necessidade de abordar uma problemática que afeta a vida dos moradores que residem na região, especialmente devido aos poucos estudos desenvolvidos sobre essa questão, principalmente a partir de uma ótica sociológica. O trabalho busca, portanto, promover uma perspectiva teórica e metodológica ainda não produzida sobre o objeto analisado.

A estrutura deste artigo é composta por três partes principais: a primeira seção dedica-se ao referencial teórico, apresentando as origens do conceito de racismo ambiental, seu significado e seus efeitos nas dimensões ambiental e social, com destaque para as perspectivas de Bullard (2004), Herculano (2008), Jesus (2020). Em sequência, inicia-se uma introdução referente a ausência de políticas públicas e suas implicações ambientais e sociais. Posteriormente, foi introduzida uma seção que discute os materiais empíricos que evidenciam os problemas que afetam a região, e última seção, analisa o fenômeno, aplicando o conceito de racismo ambiental para explicar a realidade observada na região.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

ABORDAGEM E FONTES DE PESQUISA

Os aspectos metodológicos fundamentam-se por meio do método qualitativo, a partir da análise de conteúdo, devido a ser uma técnica de pesquisa que possibilita a coleta de informações mais profundas e detalhadas acerca do objeto analisado. A pesquisa tem como fonte central o documentário Saneamento Trágico (2018), escolhido por ser um dos poucos registros disponíveis que oferecem uma visão aprofundada da realidade do bairro.

O documentário foi utilizado como base narrativa, pois aborda as causas e os efeitos do déficit de saneamento, as percepções dos moradores, as análises de especialistas e o contexto histórico do bairro. Para complementar e corroborar as evidências empíricas, a pesquisa também se utiliza de matérias e notícias jornalísticas, organizadas em uma tabela. A seleção dos relatos do documentário foi estratégica para sustentar a hipótese central do trabalho, que interliga o problema de saneamento básico com as variáveis de renda e raça, evidenciando a omissão de políticas públicas e suas consequências para a comunidade.

O PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

O procedimento adotado para análise foi realizado em etapas. A primeira consistiu no mapeamento e coleta de dados do documentário Saneamento Trágico (2018), que foi

integralmente examinado. A partir disso, foram selecionados trechos que abordavam a relação entre raça e renda, assim como os impactos ambientais. Em sequência, foram transcritas as falas de moradores e especialistas acerca dos problemas mencionados.

Após a coleta de dados, o material transcrito foi categorizado em temas nevrálgicos, alagamento na região e poluição da Lagoa Mundaú. A partir da análise desses, “inundação”, “poluição”, “Levada” foram delimitados dois problemas recorrentes que, por sua vez, desencadeiam outras questões, como a proliferação de doenças e a dificuldade de locomoção, entre outros problemas que serão abordados sob as perspectivas tanto dos profissionais quanto da população.

Dos relatos, foram selecionados aqueles que exemplificavam a manifestação do racismo ambiental e as consequências na precariedade das condições de vida que impactam no trabalho, lazer, saúde entre outros aspectos sociais. O objetivo foi compreender a formação histórica do bairro e os desafios enfrentados pela população em decorrência da desigualdade econômica e racial.

Após a análise do documentário, devido às lacunas e ausências de registro e estudos sobre o objeto analisado, foram mapeadas notícias e matérias disponibilizadas na internet, por meio de descritores como “Saneamento básico”, “inundação”, “poluição”, “Levada” entre períodos mais recentes. Foram selecionadas apenas seis matérias que corroboram as evidências apresentadas no documentário. Posteriormente, a partir de softwares foi elaborada uma tabela constituída por: matéria, ano, assunto e fonte, com propósito de facilitar a visualização e consulta das informações, reforçando a análise e interpretação do fenômeno investigado.

3 CONCEITO DE RACISMO AMBIENTAL

O conceito de racismo ambiental foi instituído pelo reverendo Benjamin Chavis, a partir dos protestos da população negra contra as injustiças ambientais ocorridas na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, no final da década de 1970. Os protestos eram em decorrência do descarte de compostos tóxicos de bifenil-policlorado (Herculano, 2021) no condado de Warren, que impactavam negativamente a região.

Décadas posteriores, a partir dos estudos desenvolvidos United States General Accounting Office em 1983, revelaram a presença de aterros químicos presentes em regiões dos EUA, estava em áreas habitadas por populações afro-americanas, mesmo sendo uma minoria no país (Herculano, 2008). O que demonstra a violação dos direitos humanos em sua forma de discriminação racial a partir de decisões que recaíram desproporcionalmente na

população negra. Assim, a relação de racismo e racismo ambiental se manifesta na ocupação do espaço e nos efeitos sobre o corpo (Filgueira, 2021).

O racismo é um sistema de dominação que considera os fenótipos dos indivíduos e os coloca em posições inferiores em comparação a outros grupos, com base em crenças de inferioridade. Essa discriminação está incutida em fatores sociais, políticos e econômicos que atingem os espaços territoriais e impactam diretamente a qualidade de vida desses grupos.

Ao longo dos anos, os estudos referentes às injustiças e racismo ambiental vem se expandindo significativamente, impulsionados por movimentos políticos e ambientalistas. Isso mobilizou os pesquisadores de múltiplas áreas, como as ciências e uma delas destaca-se nas ciências humanas, o que nas palavras de Herculano (2006 p.11, como citado em Figueira, 2021, p. 189-190) “O racismo ambiental seria, portanto, um objeto de estudo crítico da Ecologia Política (ramo das Ciências Sociais examina os conflitos socioambientais a partir da perspectiva da desigualdade e na defesa das populações vulnerabilizadas)”.

Nessa mesma linha, utilizando a perspectiva de Alfredo Seguel a respeito do conceito de racismo ambiental o autor define como:

Uma violação de direitos humanos e é “uma forma de discriminação causada por governos e políticas do setor privado, práticas, ações ou inações, que intencionalmente ou não, agridem o ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades, trabalhadores, grupos e indivíduos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou sua origem nacional. (Seguel, 2013, como citado em Filgueira, 2021, p. 189).

Portanto, a lógica do racismo ambiental está atrelada à precarização socioambiental, seja por meio de decisões políticas que deliberadamente ou não, afeta as condições de vida dos indivíduos. Outrossim, esse conceito está atrelado a definição de racismo institucional (Jesus, 2020).

Em seu estudo, o autor analisa a relação entre o racismo ambiental, a ausência de saneamento básico, e seus impactos negativos à saúde das pessoas negras. Jesus (2020), aponta que o racismo institucional está vinculado à “negligência” do estado voltado às garantias dos direitos fundamentais dos cidadãos. Logo, o racismo institucional promove a exclusão social de grupos que são marginalizados pelas sociedades, sendo fortalecido por meio das instituições, e assim constroem as desigualdades entre os grupos. “Nesse sentido, o racismo ambiental seria uma subdivisão teórica do racismo institucional, pois é reforçado pelas instituições” (Rodrigues, 2024, p. 154).

Em face disso, Jesus (2020) proporciona uma lente epistemológica por meio do conceito de racismo ambiental para investigar os efeitos dele na escassez de saneamento. Assim, o autor relaciona a variável raça como um ponto crucial para entender esse fenômeno que atinge a vida de uma parcela significativa de brasileiros.

Em complemento, o Estatuto da Igualdade Racial por meio da Lei (*Lei nº 12.288, 2010*) prevê que “poder público garantirá a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas”

No entanto, essa lei não é posta em prática, pois ainda existe um percentual expressivo na ausência de saneamento básico na população negra e indígena. Dados do Censo (2022) revelam que, do 49 milhões de brasileiros que vivem em moradias sem saneamento básico, 70% são negros e indígenas. Dessa forma, os grupos sociais que possuem menor capital econômico, são aqueles que tendem a ter menos acesso a água potável¹, saneamento básico (Herculano, 2008) e no caso do Brasil, são os indivíduos negros.

Diante do exposto, conforme o sociólogo Bullard (2004 apud Jesus, 2020, p.6), “a vivência em condições socioambientais precarizadas, somadas às desigualdades de poder nos processos decisórios, constitui processos do escopo do racismo ambiental” que representa a realidade do Bairro da Levada em Maceió.

Com este referencial teórico estabelecido, a próxima seção do artigo discute as manifestações empíricas do racismo ambiental no bairro da Levada, analisando as implicações da ausência de políticas públicas e suas consequências para a população.

4 AS IMPLICAÇÕES NO BAIRRO DA LEVADA DEVIDO À AUSÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ausência de implementação de políticas públicas adequadas no bairro da Levada, conforme retratado no documentário Saneamento Trágico (2018), evidencia um cenário crítico que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores. O documentário manifesta as preocupações da comunidade sobre como a falta de intervenções eficazes contribui para problemas graves, como a poluição da Lagoa do Mundaú e os alagamentos recorrentes. Esses desafios são amplamente discutidos pelos moradores, que expressam sua frustração e indignação pela negligência das autoridades em atender às suas necessidades. As falhas

¹ Herculano (2008), em seu artigo o clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental exhibe a Declaração de lançamento da rede brasileira de justiça ambiental que apresenta o seguinte trecho “Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária”.

na gestão pública, documentadas no filme, revelam um ciclo de precariedade e sofrimento, no qual a população, principalmente a de origem negra e de baixa renda, enfrenta diariamente as consequências de um sistema que não prioriza seus direitos básicos. O retrato oferecido pelo documentário é um chamado à atenção para as injustiças que perpetuam a exclusão e a marginalização dessa comunidade.

A problemática do racismo ambiental também é discutida por Carvalho (2021), que analisa as implicações da gestão ambiental nas áreas periféricas e como as políticas públicas, quando não são planejadas de maneira inclusiva, perpetuam as desigualdades socioambientais.

Essa invisibilidade das questões raciais nas políticas de desenvolvimento urbano também é abordada por Schossler et al, (2021), que destacam como o racismo ambiental contribui para a criação de zonas de conflito socioambiental no Brasil. O estudo aponta que as comunidades negras e periféricas, como a da Levada, enfrentam uma série de desafios devido à falta de acesso a serviços públicos essenciais e à omissão das autoridades nas discussões sobre suas necessidades. Ao não abordar as desigualdades estruturais, essas políticas reforçam um ciclo de marginalização e exclusão que perpetua a vulnerabilidade dessas populações.

Segundo Secchi (2019), a implementação de políticas públicas é a etapa que traduz as intenções governamentais em ações práticas. No entanto, no caso da Levada, a ausência de infraestrutura básica, como sistemas de esgotamento sanitário, evidencia não apenas lacunas técnicas, mas também desigualdades raciais históricas. Comunidades negras e periféricas frequentemente enfrentam o impacto desproporcional de condições insalubres, perpetuando um ciclo de marginalização social e ambiental.

Os autores Ramos e Schabbach (2012), também destacam que políticas públicas bem implementadas promovem equidade, atendendo às necessidades das populações mais vulneráveis. No entanto, o crescimento do bairro e a falta de investimentos consistentes em urbanização e saneamento indicam um padrão de negligência que afeta, de forma desproporcional, comunidades negras. Essa negligência contribui para alagamentos, descarte irregular de resíduos e habitações precárias, reforçando as condições de vulnerabilidade que caracterizam o racismo ambiental.

Lotta et al, (2018), destacam que a implementação de políticas públicas enfrenta desafios institucionais, como a falta de coordenação entre diferentes níveis de governo e a escassez de recursos financeiros. No caso da Levada, esses problemas são agravados pela ausência de um olhar atento às especificidades locais. A incapacidade de considerar as particularidades socioeconômicas, culturais e ambientais do bairro reflete um planejamento genérico e desconectado da realidade da população. Essa abordagem ignora as

necessidades específicas das comunidades racializadas que ali vivem, perpetuando o racismo ambiental. Sem políticas que reconheçam e abordem essas diferenças locais, as consequências do descaso, como alagamentos, falta de saneamento básico e condições insalubres, recaem de forma desproporcional sobre os moradores, reforçando a exclusão e as desigualdades estruturais.

Em última análise, as implicações do racismo ambiental, devido à falta de políticas públicas no bairro da Levada, manifestam-se diretamente nos problemas ambientais e sociais enfrentados pelos moradores, que serão detalhados a seguir.

5 A POLUIÇÃO DA LAGOA MUNDAÚ E ALAGAMENTOS: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DO SANEAMENTO NO BAIRRO DA LEVADA

A análise do documentário Saneamento trágico (2018), revela múltiplos desafios sociais e ambientais do bairro da Levada, como o baixo índice de desenvolvimento do bairro agravado pela falta de investimento nos serviços e direitos essenciais, como educação, saúde e saneamento.

O conceito de saneamento básico é definido pelo autor Jesus (2020, p. 2) como “um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, esgotamento sanitário e abastecimento de água potável”.

No município de Maceió, a situação do saneamento básico é alarmante, gerando impactos negativos para a qualidade de vida da população e para o meio ambiente. Essa situação reflete nos dados do Censo de 2022, realizado pelo IBGE, apenas 46,87% da população da cidade afasta seus esgotos por meio da rede geral.

Essa realidade municipal se manifesta de maneira mais aguda no bairro da Levada, onde tais problemas são relatados pelos moradores que reivindicam seus direitos referentes ao saneamento básico da região.

POLUIÇÃO DA LAGOA MUNDAÚ

A gravidade dos problemas em torno da ausência de saneamento é confirmada por especialistas, pois segundo o advogado e ambientalista Marcelo Ribeiro, o que acontece na Levada é considerado um crime ambiental, visto que os esgotos são despejados em via pública e na Lagoa Mundaú por meio de alguns canais de drenagem. Esse problema afeta diretamente a lagoa, que serve de subsistência para a população, tanto para consumo próprio quanto para comercialização de proteínas.

A poluição e a contaminação da lagoa ocasionaram a redução da quantidade de peixes, levando pescadores a buscarem outras atividades. De acordo com a matéria publicada pelo G1 (2023), referente aos impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió, o professor da Universidade Federal de Alagoas descreve alguns problemas ambientais relacionados à poluição da lagoa:

A gente encontra metais pesados em alguns níveis altos, três grandes fontes de esgoto do município de Maceió, que trazem muitos contaminantes, solventes, BTEX, entre outros compostos, que eutrofizam o ambiente e trazem doenças, bactérias e verminoses. Compostos que são cancerígenos que vêm via esgoto (Soares, 2023).

O professor Soares (2023) prossegue a explicação, apontando que "Agrotóxicos que vêm via Rio Mundaú com os processos erosivos nas áreas marginais, com desflorestação dessas áreas e com lançamento de agrotóxicos nesses terrenos, trazidos pelo rio Mundaú, acabam vindo parar na lagoa". Portanto, a poluição da Lagoa Mundaú gera impactos ambientais e sociais, os quais estão intrinsecamente interligados. Em decorrência da poluição ambiental tem como consequência a desocupação de trabalhadores que dependem da venda de proteínas para sua subsistência. É importante destacar que essas vendas são executadas pela população de baixa renda, o que demonstra os riscos de um problema ambiental recaindo sobre um grupo de vulnerabilidade social.

ALAGAMENTOS E ENCHENTES RECORRENTES

As enchentes e alagamentos, por sua vez, são outros desafios constantes para os moradores da Levada. O documentário Saneamento Trágico (2018), revela que os problemas de alagamentos tornaram-se mais recorrentes no bairro após o projeto de saneamento básico durante a revitalização do centro da cidade. Segundo o documentário houve a seguinte atividade:

Interligou as galerias do centro e farol ao canal da Levada próximo ao terminal rodoviário do mercado da produção o sistema de drenagem das águas da chuva está com sua capacidade subdimensionada a quantidade de água coletada pelas galerias, excede a capacidade de captação do sistema de drenagem para lagoa mundaú (Zazo, 2018, 8:11).

O agravamento das enchentes e alagamentos, não se deve apenas à escassez de infraestrutura, mas também está diretamente relacionado a decisões ou omissões políticas, pois como mencionado no documentário a rede de drenagem nesta região é outra razão pela qual o problema se perpetua. Conforme o engenheiro Vladimir Caramori, o projeto de ligação de drenagem entre a parte alta e baixa da cidade faz com que a cidade continue sendo impermeabilizada, e ocasione em escoamentos lançados na parte baixa da cidade. Por meio disso, nota-se que o projeto dos agentes políticos, intencionalmente ou não, afetou a qualidade de vida da população em vulnerabilidade social, conectando-se com uma das características do conceito de racismo ambiental.

Os problemas de enchentes e alargamento não ocorrem estritamente devido ao déficit de infraestrutura e tampouco pela interligação das galerias, mas também por outro fator: maré alta da lagoa. Destarte, não são necessários períodos chuvosos para haver o vazamento e desencadear esses efeitos. Além disso, a lagoa recebe despejo de dejetos através de canais de drenagem, o que gera poluição e contaminação. Assim, a combinação da falta de infraestrutura e da interligação das galerias e a ausência de sistema de drenagem adequado na Lagoa, resulta em enchentes e alagamentos.

Essa situação, conforme os dados mapeados da Tabela 1, é recorrente e frequentemente noticiada pela mídia local, demonstrando os obstáculos enfrentados pela população em seus direitos fundamentais resultantes do déficit de saneamento básico:

Tabela 1

Matérias e notícias referentes ao problema de saneamento básico que afeta os moradores da Levada.

Matérias/ Notícias	Ano	Assunto	Fonte
Entenda os impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió	2023	Rompimento da mina e possível impacto na Lagoa Mundaú, destacando a renda dos pescadores e catadores de sururu.	G1.globo.com
Contaminação tóxica reduz drasticamente pesca na Lagoa Mundaú	2023	Os efeitos da contaminação e da poluição causadas pelo despejo de lixo na Lagoa Mundaú.	Tribunahoje.com
Fezes se acumulam na porta e 'a gente tem que limpar todo dia', diz morador de Maceió, uma das piores em saneamento no Brasil	2022	Ausência de saneamento básico em Maceió, enfatizando os problemas de despejo de lixo nos canais da Levada.	G1.globo.com
Canal transborda e inunda avenida no bairro da Levada, em Maceió	2016	Alagamento no bairro da Levada, devido às chuvas e aumento do canal.	G1.globo.com
Moradores do bairro Levada denunciam falta de saneamento e pavimentação	2014	Problemas de saneamento básico na Levada e cobrança da taxa de esgoto no bairro.	7segundos.com.br
Mais de 1 tonelada de peixes mortos na Lagoa Mundaú	2024	Mortandade de peixes na Lagoa Mundaú e a preocupação com o sururu.	Tribunahoje.com
Moradores de comunidade em Maceió sofrem com infestação de bicho-de-pé	2017	Infestação de bicho-de-pé e a relação com a falta de saneamento básico na região afetada	G1.globo.com

Como exhibe a tabela 1, o problema catastrófico no bairro da Levada tem impactos diretos na qualidade de vida dos moradores, afetando principalmente as famílias de baixa renda. O limitado acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, eleva a incidência de doenças como hepatite e leptospirose, agravadas pela falta de saneamento. Nesse sentido, a análise demonstra como e em que medida o racismo ambiental prejudica diretamente a sua saúde e bem-estar dos indivíduos.

Diante disso, conforme discutido por Guimarães (2008), na maioria das vezes, a degradação ambiental e o acesso limitado a recursos naturais, aos quais as classes menos favorecidas estão sujeitas, resultam em perda da saúde, à qualidade de vida e, algumas vezes, até à morte. Outro efeito social decorrente desse déficit, é a mortalidade infantil. Segundo o Saneamento Trágico (2018), esse fator foi uma dificuldade recorrente entre a década de 1930 ao final de 1940 em razão da contaminação das águas:

A mortalidade infantil está fortemente ligada à falta de saneamento básico. Dados estatísticos de 1940 mostram que, em 1937, houve 1.558 óbitos em Maceió, com 1.106 ocorrendo no bairro da Levada. A maioria das mortes foi provocada por doenças relacionadas à falta de saneamento, atingindo principalmente crianças que, sem noção dos riscos, convivem com águas contaminadas que se tornam focos de doenças (Zazo, 2018, p. 25:57).

Além disso, Jesus (2020) aponta que o racismo institucional, é um obstáculo à equidade na saúde, pois propicia um cenário de morbimortalidade devido às doenças que são adquiridas, porém evitáveis, o que descumpre os direitos humanos².

A partir do exposto, a ausência de saneamento básico produz múltiplos desafios sociais que afetam em diversas dimensões a condição de vida dos moradores, incluindo a saúde, meio de subsistência, o lazer e a mobilidade urbana. Esses impactos são indissociáveis dos fatores socioeconômicos e raciais, que por sua vez recaem desproporcionalmente na população com menores recursos, evidenciando uma injustiça ambiental.

A RELAÇÃO ENTRE RACISMO AMBIENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS E SOCIAIS NO BAIRRO DA LEVADA

O racismo ambiental é um conceito teórico utilizado para explicar problemas ambientais e sociais que afetam negativamente as populações étnicas e raciais em vulnerabilidade. Conforme a especialista em estudos urbanos, Passos (2021) o racismo ambiental concerne “A carga desproporcional dos riscos, dos danos e dos impactos sociais e ambientais que recaem sobre os grupos étnicos mais vulneráveis”³.

Embora não tenham sido encontrados os dados referentes à raça/cor dos moradores que residem no bairro, o Censo de 2022 mostra que 11,20% da população do município de Maceió é negra, enquanto os pardos totalizam 54,37%. Atrelado à variável de renda, em termos de desigualdade, em 2024 Maceió era considerada a 6ª capital mais desigual do país. A partir disso, pode-se inferir que o problema de saneamento básico adquire uma dimensão

² (Barata, 2009; Bastos & Faerstein, 2012; Brasil, 2011; Lopes, 2005a, 2005b; Soares Filho, 2012; Werneck, 2016).

³Afirmação da autora Rita Maria da Silva Passos sobre o racismo ambiental. 2021. URL: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-como-o-racismo-ambiental-afeta-a-vida-das-pessoas-negras-e-indigenas/#:~:text=O%20termo%20racismo%20ambiental%2C%20como,planeta%20acontece%20de%20forma%20democr%C3%A1tica.>

racial, recaindo sobre grupos vulnerabilizados. Essa percepção é intensificada pelo documentário (2018), que evidencia o preconceito e a desigualdade vivenciados pelos moradores do bairro:

A Levada e a Vila Brejal, em particular, enfrentam um processo de marginalização e negação de direitos, onde a desigualdade e a exclusão social revelam sua face mais perversa em Alagoas. A população negra, frequentemente localizada em áreas periféricas da cidade, sofre a construção de estigmas e a sujeição criminal. (Zazo, 2018, 44:09)

O bairro da Levada está inserido numa região periférica da cidade, na qual foi desenvolvida a partir do comércio do mercado da produção, proporcionando ocupação dos trabalhadores havendo um crescimento exponencial, mas sem os investimentos necessários em infraestrutura. Referente ao contexto histórico, o documentário explica que a partir dos anos 40 do século XX, a área conhecida como Brejal começou a se formar entre a Lagoa Mundaú e o antigo mercado, tornando-se uma das maiores favelas de Maceió. Uma das partes do bairro passou a ser vista como insalubre, atrelada à uma visão preconceituosa dos agentes públicos que optaram por desenvolver o resto da cidade, afastando-se dessa região. Esse cenário demonstra como as variáveis de renda e racial estão intrinsecamente ligadas.

Em consonância com a teoria de racismo ambiental, o fator raça torna-se um elemento determinante para as condições de vida dos indivíduos. Conforme apontado por Bullard, (1993 como citado em Guedes; Sugahara; Ferreira, 2023) o autor aponta que o preconceito racial desencadeia em desigualdades ambientais afetando a qualidade de vida dos moradores:

O fator raça se desponta como um potente preditor do local onde as pessoas vivem, das comunidades abandonadas e das que são poupadas. De modo geral, o preconceito racial cria e perpetua uma qualidade ambiental desigual em comunidades de cor e de brancas. Na prática, os grupos mais vulneráveis de pessoas ou até mesmo países –por exemplo, os negros¹–muitas vezes são "esquecidos" pelas políticas ambientais, forçados a viver em condições ambientais destrutivas, anti-higiênicas e insalubres, e com riscos de inundação. Vale ressaltar que todos os efeitos mencionados afetam também a qualidade de vida, a fome, o baixo nível educacional e geram outros males (Bullard, 1993 como citado em Guedes; Sugahara; Ferreira, 2023, p. 243-244).

Dentro desse contexto, a questão do racismo ambiental é explícita na Levada. O conceito é ilustrado a partir da posição dos gestores públicos, ao optarem por desenvolver outras partes das cidades, principalmente, em razão das populações que compõem o bairro da Levada serem pertencentes a camada social de vulnerabilidade e subalternidade, produzindo problemas ambientais e injustiças sociais. Em decorrência disso, perpetua a condição catastrófica no Índice de Desenvolvimento Humano do bairro, privando a população de seus direitos básicos e fundamentais, por meio da negligência.

Para aprofundar a compreensão desse fenômeno, a pesquisa apresenta esse conceito a partir da perspectiva de Herculano que descreve o conceito de racismo ambiental da seguinte forma:

O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas. O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. Diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: o que recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, faxinais, quilombolas etc. (Herculano, 2008, p.16).

Por meio desta definição, é possível compreender o caráter multifacetado e sistêmico da situação na Levada. Os agentes políticos, por exemplo, priorizaram outras regiões do município, deixando a situação do bairro se agravar, e assim, privando a população dos seus direitos básicos. União das galerias da parte alta da cidade ao canal da Levada, por exemplo, impactou negativamente a região. Os problemas de drenagem, através do despejo de esgotos sem tratamento para Lagoa Mundaú, é outra manifestação desse fenômeno, que como já mencionado, atinge o meio ambiente e, por conseguinte prejudicando diretamente os meios de subsistência. O aumento da poluição na Lagoa torna-se um agravante catastrófico da situação, gerando a desocupação desses trabalhadores.

O estudo sobre o fenômeno do racismo ambiental na Levada também se baseia nos estudos de Vitor Jesus (2020), que argumenta sobre as carências de saneamento básico nas populações negras que vivem em situações insalubres, trazendo efeitos nocivos à saúde desses indivíduos. Conforme o autor:

Desse modo, estão incluídas no debate do racismo ambiental as carências de saneamento que afetam a saúde e as vidas tanto das populações negras urbanas de favelas, periferias e subúrbios quanto das populações negras tradicionais do campo, da floresta e das águas, como quilombolas, caiçaras, marisqueiras, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco, ribeirinhos e seringueiros. Tais vivências sanitárias marcadas por condições ambientais insalubres (na moradia, trabalho ou lazer) incluem: não acesso à água (potável ou não) e às instalações sanitárias; disputa pelo uso da água e privatização indevida de recursos hídricos; lançamento de esgoto e poluição no corpo hídrico; disposição inadequada e lançamento clandestino de resíduos (domésticos ou tóxicos); moradias em encostas perigosas ou em beiras de cursos d'água sujeitas a deslizamentos e enchentes; e vivência em lixões, áreas de enchentes, vazadouros de lixo e aterros de lixo químico (Jesus, 2020, p.6).

Na Levada, os problemas de saúde em decorrência da carência de saneamento básico, é um dos elementos mais enfatizados pelo documentário. As doenças contraídas pela população, como hepatite e leptospirose, é um dos exemplos que demonstram a violação aos direitos básicos. A negação desses direitos tem gerado uma revolta popular, expressa em protestos e manifestações em busca de justiça social. A indignação dos moradores da Brejal-Levada, foi capturada no documentário, onde eles expressaram suas indignações:

No Brejal, o que temos é apenas crianças e adolescentes vítimas dessa situação crítica, marcada pela falta de infraestrutura adequada e dignidade. A água é desenfreada e não tem um destino certo, e há uma carência de dignidade nas escolas, postos de saúde e transporte. A comunidade é frequentemente taxada como indigente e desprezada, mas somos seres humanos com direitos e devemos lutar por eles (Zazo, 2018, 37:04).

Porque aqui já sabe aqui é uma favela aqui é taxado como como indigente como como que não presta não é isso não nós estamos ser humano nós podemos nós voltamos nós sabemos (Zazo, 2018, 39:58).

Os relatos dos moradores indicam a persistência de dois elementos desde a formação histórica do bairro até a contemporaneidade: O preconceito e a desigualdade. Essa percepção de abandono da Levada por parte dos agentes públicos de Maceió é um exemplo da seletividade no investimento público nas regiões administrativas de Maceió. A região da Levada é marcada por um descaso histórico atrelado à falta de infraestrutura, a privação de

direitos básicos e o abandono de uma população em situação de vulnerabilidade, em que configuram-se como uma manifestação direta do racismo ambiental. Nesse contexto, o conceito de justiça ambiental emerge como uma abordagem fundamental. O autor Bullard (2004) a define da seguinte maneira:

É a condição de existência social configurada através do tratamento justo e o envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (Bullard, 2004 como citado em Cortes & Portanova, 2015, p. 81)

Empregando o conceito de justiça ambiental, torna-se evidente que a luta dos moradores da Levada por seus direitos e dignidade está diretamente ligada à dimensão ambiental que, por conseguinte, afeta a dimensão social. A injustiça é produzida pela omissão das políticas públicas. O descaso se manifesta de forma explícita: se, por um lado, um projeto de saneamento intensificou os problemas de alagamento, por outro, a negligência continua em relação a questões de poluição que agravam o quadro de saúde pública.

A conscientização dos moradores sobre essa omissão é um ponto crucial, pois eles demonstram saber que a falta de ação do Estado é um reflexo direto de suas condições socioeconômicas. Ao serem cobrados por uma taxa de esgoto mesmo sem o serviço, os moradores se manifestam e lutam por justiça, transformando a reivindicação por saneamento em uma luta por direitos fundamentais, exigindo a implementação de medidas que assegurem moradias dignas, acesso à saúde, sem ter que suportar consequências ambientais desfavoráveis e omissão políticas.

Por fim, conforme a pesquisadora Selene Herculano, a luta pela justiça ambiental deve incluir o combate às insuficiências e privações do saneamento.

Assim, tendo em vista o maior grau de desigualdades e de injustiças socioeconômicas, bem como a renitente política de omissão e negligência no atendimento geral às necessidades das classes populares, a questão da justiça ambiental, para ser adequadamente equacionada entre nós, deve açambarcar

também outros aspectos, tais como as carências de saneamento ambiental no meio urbano e a degradação das terras usadas para acolher os assentamentos de reforma agrária, no meio rural. (Herculano, 2008, p.8)

6 CONCLUSÃO

Este artigo teve como finalidade explorar o conceito de racismo ambiental e seus impactos nas múltiplas dimensões que se manifestam no bairro da Levada, em Maceió. Conclui-se que os déficits de saneamento básico são resultado da ausência e omissão de políticas públicas, que afetam desproporcionalmente a população mais vulnerável da região, privando-a de direitos básicos, principalmente no que concerne à saúde, saneamento, mobilidade e trabalho, configurando-se como uma forma de injustiça ambiental.

Portanto, este artigo permitiu identificar aspectos do processo que geraram as consequências observadas na contemporaneidade, destacando a omissão e a negligência dos agentes políticos na formulação de políticas públicas.

Por fim, este estudo busca contribuir para novos debates no campo sociológico, promovendo o equilíbrio entre teoria e realidade empírica, além de auxiliar na visibilidade de uma realidade pouco perceptível ou até mesmo invisibilizada no município.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. (2023, 6 de novembro). Situação do saneamento básico ainda é 'catastrófica' no Brasil, aponta audiência. *Senado Federal*. URL: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/16/situacao-do-saneamento-basico-ainda-e-catastrofica-no-brasil-aponta-audiencia>

Alagoas. Governo do Estado. Visão Alagoas 2030. *Governo de Alagoas*. URL: <https://visaoalagoas2030.al.gov.br/institucional>

Alagoas. Governo do Estado. Visão Alagoas 2030: do Mapa Rápido Participativo (MRP) e Perfil Socioeconômico. *Governo de Alagoas*. URL: <https://visaoalagoas2030.al.gov.br/iniciativas/7>

Alagoas. 2022. Dados e informações: População residente por cor e raça. *Dados Abertos de Alagoas*. URL: <https://dados.al.gov.br/catalogo/dataset/dados-de-aspectos-demograficos-perfil-municipal/resource/b103d90a-8d37-4a3e-88d4-4651b50c6bbf>

Albuquerque, T. (2024, 30 de março). Maceió tem 71% da população sem acesso a esgoto. *Jornal Extra*. URL: <https://ojornalextra.com.br/impresso/2024/03/63-maceio-tem-71-da-populacao-sem-acesso-a-esgoto>

Albuquerque, T. (2025, 28 de janeiro). Maceió tem pior desempenho do Nordeste em saneamento básico. *Jornal Extra*. URL: <https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2025/01/111504-maceio-tem-pior-desempenho-do-nordeste-em-saneamento-basico>

Alves, G. S., & Santos, S. L. D. (2017). Injustiças e conflitos socioambientais: o que são e como surgem. *Revista de Gestão Sustentável e Ambiental*. (6)2, p. 216-226. DOI: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017216-226>

Batista, R., & Gonçalves, H. (2023, 10 de dezembro). Entenda os impactos na Lagoa Mundaú em caso de colapso da mina da Braskem em Maceió. *G1 Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/10/entenda-os-impactos-na-lagoa-mundau-em-caso-de-colapso-da-mina-da-braskem-em-maceio.ghtml>

Beder, L., & França, L. (2023, 09 de novembro). Contaminação tóxica reduz drasticamente

pesca na Lagoa Mundaú. *Tribuna Hoje*. URL:

<https://tribunahoje.com/especial/2023/11/08/18-contaminacao-toxica-reduz-drasticamente-pesca-na-lagoa-mundau>

Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. (2007, 05 de janeiro). Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Presidência da República. URL:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm

Secretaria de Comunicação Social Presidência da República. (2024, 16 de janeiro). O que é racismo ambiental e de que forma ele impacta populações mais vulneráveis. *Governo Federal*. URL: <https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/o-que-e-racismo-ambiental-e-de-que-forma-impacta-populacoes-mais-vulneraveis>

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. (2010, 20 de julho). Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Presidência da República. URL:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

Brasil de Fato. (2024, 23 de fevereiro). Pretos, pardos e indígenas sofrem mais com falta de esgoto do que brancos. *Brasil de Fato*. URL:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/02/23/pretos-pardos-e-indigenas-sofrem-mais-com-falta-de-esgoto-do-que-brancos/>

Brasil de fato. (2025, 07 de maio). Pessoas pretas receberam 80% menos do que brancas no DF em 2024, aponta IBGE. *Brasil de fato*. URL:

<https://www.brasildefato.com.br/2025/05/13/pessoas-pretas-receberam-80-menos-do-que-brancas-no-df-em-2024-aponta-ibge/>

Câmara dos Deputados. (2010, 09 de setembro). Brasil é o nono pior lugar do mundo em saneamento básico. *TV Câmara*. URL: <https://www.camara.leg.br/tv/204860-brasil-e-o-nono-pior-lugar-do-mundo-em-saneamento-basico/>

Carvalho, M. B. de. (2021). Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. *Jornal da USP*. URL : <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>

Clemente, A. J., & Secchi, L. (2018). Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. *Revista Brasileira de Ciência Política*. (26), 313–322. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182608>

Cortes, T. D., & Portanova, R. S. (2015). Movimento por justiça ambiental e sustentabilidade: Fundamentos para governança da água. *Revista Culturas Jurídicas*. (2)3, 74-99. URL: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45000/25866>.

Conectas Direitos Humanos. (2021, 15 de outubro). Entrevista: Como o racismo ambiental afeta a vida das pessoas negras e indígenas. *Conectas Direitos Humanos*. URL: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-como-o-racismo-ambiental-afeta-a-vida-das-pessoas-negras-e-indigenas/>

De Souza Filgueira, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*. (15)2, 186–201. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v15i2.69990>

Farias, M. (2017). Moradores de comunidade em Maceió sofrem com infestação de bicho-de-pé. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2017/01/moradores-de-comunidade-em-maceio-sofrem-com-infestacao-de-bicho-de-pe.html>.

Farias, M., & Batista, R. (2022). Fezes se acumulam na porta e 'a gente tem que limpar todo dia', diz morador de Maceió, uma das piores em saneamento no Brasil. *G1, Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/03/23/entre-os-piores-do-pais-problema-do-saneamento-de-maceio-tem-raiz-no-crescimento-desordenado.ghtml>.

Freiris, V. H. de S.; Schossler, K.; Correa, M. A. P. da C. (2025). O racismo ambiental no brasil e sua implicação na existência de zonas de conflitos socioambientais. *Revista Contemporânea*. (5)2, 1-15. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV5N2-047>

Fernandes Rodrigues, J. (2024). Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*. (7)1, 150–161. DOI: <https://doi.org/10.29327/269579.7.1-12>

Guedes, W. P.; Sugahara, C. R.; Ferreira, ERREIRA, D. H. L. (2023). Racismo ambiental: reflexões sobre mudanças climáticas e Covid-19. *Perspectivas em Diálogo: Revista de*

G1 AL. (2016, 05 de maio). Canal transborda e inunda avenida no bairro da Levada, em Maceió. *G1 Alagoas*. URL: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/05/canal-transborda-e-inunda-avenida-no-bairro-da-levada-em-maceio.html>.

Herculano, S. (2008). O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Interface HS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. (3)1, Artigo 2, 1-20. URL:
<https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wpcontent/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>

Herculano, S. (2002) Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. *I Encontro da ANPPAS*. URL:
https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wpcontent/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf.

Herculano, S., & Pacheco, T. (2006). Racismo ambiental, o que é isso. *Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE*, 2022-02. URL:
https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wpcontent/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Censo Brasileiro de 2022*. URL:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/panorama>.

Instituto Água e Saneamento. (2025). O saneamento em Maceió | AL | Municípios e Saneamento. URL:
<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/al/maceio>.

Jesus, V. de. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*. (29)2, 1-15. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020180519>

Lotta, G. S., Nunes, A. C., Cavalcanti, S., Ferreira, D. D., & Bonat, J. (2018). Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. *Revista Do Serviço Público*, 69(4), 779 - 810. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>

Nações Unidas Brasil. (2022, 29 de setembro). Perfil Socioeconômico e Mapeamento Rápido Participativo (MRP). *Nações Unidas*. URL: <https://brasil.un.org/pt-br/201448-onu-habitat-inicia-projeto-em-territ%C3%B3rio-vulnerabilizado-de-macei%C3%B3>.

Nações Unidas Brasil. (2024, 25 de julho). Visão Alagoas 2030. *Nações Unidas*. URL: <https://brasil.un.org/pt-br/274975-onu-habitat-e-alagoas-disponibilizam-dados-sobre-qualidade-de-vida-em-macei%C3%B3>.

Paes e Silva, L. H. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, 17. URL: <http://journals.openedition.org/eces/1123>.

Pinhoni, M. (2024). Só 3 das 100 cidades mais populosas do país universalizaram saneamento básico, diz estudo; veja ranking. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/20/so-3-das-100-cidades-mais-populosas-do-pais-universalizaram-saneamento-basico-diz-estudo-veja-ranking.ghtml>.

Ramos, M. P.; Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista de Administração Pública*. (46)5, 1271-1294. URL: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7140>.

Zazo. (2018). *Saneamento Trágico – O Abandono da Orla Lagunar de Maceió*. Direção: Zazo. Produção: Jairo Silva e Paula Araújo. Brasil. URL: <https://www.youtube.com/watch?v=tnwYZxCKdj8>.

Santos, W. (2024, 12 de agosto). Moradores do bairro Levada denunciam falta de saneamento e pavimentação. *SETE SEGUNDOS*. URL: <https://www.7segundos.com.br/maceio/noticias/2024/08/12/256574-moradores-do-bairro-levada-denunciam-falta-de-saneamento-e-pavimentacao#:~:text=Moradores%20do%20bairro%20Levada%20denunciam%20falta%20de%20saneamento%20e%20pavimenta%C3%A7%C3%A3o,-Apesar%20de%20n%C3%A3o&text=Uma%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20descaso%2C%20e,e%20esgoto%20a%20c%C3%A9u%20aberto>.

TNH1. (2024, 26 de março). Maceió é a 6ª capital com maior desigualdade do país. *TNH1*. URL: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/maceio-e-a-6a-capital-com-maior-desigualdade-do-pais/>.

Tribuna Hoje. (2023, 20 de março). Maceió ocupa a 8ª posição no ranking das cidades com piores indicadores de saneamento básico. *Tribuna Hoje*. URL: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/03/20/117948-maceio-ocupa-a-8a-posicao-no-ranking-das-cidades-com-piores-indicadores-de-saneamento-basico#google_vignette.

Tribuna Independente. (2024, 03 de janeiro). *Mais de 1 tonelada de peixes mortos na Lagoa Mundaú*. *Tribuna Independente*. URL: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/01/03/132004-mais-de-1-tonelada-de-peixes-mortos-na-lagoa-mundau#:~:text=Quando%20foi%20no%20domingo%2C%20foi,a%20%C3%ADder%20comunit%C3%A1ria%20Simone%20Ferreira>.

Velasco, C. (2023, 20 de março). Ranking do saneamento: veja quais são as grandes cidades com os melhores e os piores serviços no Brasil. *G1*. URL: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/03/20/ranking-do-saneamento-veja-quais-sao-as-grandes-cidades-com-os-melhores-e-os-piores-servicos-no-brasil.ghtml>